MODELOS PEDAGÓGICOS E PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS APLICADOS NOS CURSOS OPERACIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RJ

Alessandra Rosa Altmayer Odawara[1]

RESUMO

O atual modelo pedagógico, empregado no Curso de Operações Especiais Penitenciárias (COESPEN), embora não possua uma documentação curricular robusta e com embasamento científico, vem demonstrando resultados práticos positivos, com eficácia, quando da atuação de policiais penais em ambientes confinados sob distúrbio da ordem. No entanto, mostra-se ausente a concepção de uma documentação curricular específica, em que se delimite, de forma clara e inequívoca, o devido desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes, que se esperam do aluno ao final do curso. Para o aprimoramento da grade curricular do COESPEN, constitui-se, como um importante passo, a delimitação de competências específicas, pautadas na legalidade e de modo a criar condições para a superação dos fatores de risco, notadamente os de saúde dos alunos e os de responsabilidades civil, administrativa ou criminal dos instrutores. Nesse sentido, este trabalho aponta para os caminhos a serem seguidos, com vistas à formulação de modelos pedagógicos e de procedimentos didáticos, por meio de um trabalho interdisciplinar, no âmbito do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-Chaves: Legislação Prisional. Ensino por Competência. Curso de Operações Especiais. Modelos Pedagógicos. Procedimentos Didáticos.

ABSTRACT

The current pedagogical model, used in the Penitentiary Special Operations Course (COESPEN), although it does not have a robust curricular documentation, with scientific basis, has been showing positive practical results, with effectiveness, due the performance of the penitentiary police, in confined facilities under disturbance of the order. However, the design of a specific curricular documentation is absent, in which it delimits, in a clear and unambiguous way, the due development of the knowledge, skills and attitudes that are expected from the student at the end of the course. For the improvement of the COESPEN curriculum, it is an important step to delimit specific competences, based on legality and in order to create conditions for overcoming risk factors, notably those of student's health and those of the instructor's civil, administrative or criminal liability. In this sense, this work points to the paths to be followed, directing to the formulation of pedagogical models and didactic procedures, through an interdisciplinary work, within the State of Rio de Janeiro Penitentiary System.

Keywords: Penitentiary Law. Teaching by Competency. Special Operations Course. Pedagogical Models. Didactic Procedures.

---

1 Alessandra Rosa Altmayer Odawara é Policial Penal e ocupa o cargo de Inspetora de Segurança e Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, na Escola de Gestão Penitenciária da SEAP/RJ. Possui graduação em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá – concluída em 2014 – e especialização em Coordenação Pedagógica pelo Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias – concluída em 2020. Dentre os cursos realizados na carreira, formou-se em 2º lugar no 1º Curso de Inteligência Penitenciária, além de possuir outros cursos nas áreas de Inteligência e de correição. E-mail: aleseap@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Grupamento de Intervenção Tática (GIT) é um órgão subordinado à Coordenação de Segurança, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) do Estado do Rio de Janeiro. Para ser lotado nesse grupamento, é necessário que o policial penal participe de um processo seletivo interno da SEAP, com provas objetivas, físicas e psicológicas. Após a classificação final no processo seletivo, o policial penal inicia o Curso de Operações Especiais Penitenciárias (COESPEN), com preparação técnica e emocional, para se habilitar a atuar em ambientes confinados em situação de alteração da ordem, em elevado grau de estresse.

Esse curso é coordenado pelo Centro de Instruções Especializadas (CIESP) e dirigido pela Escola de Gestão Penitenciária (EGP), ambos vinculados à SEAP.

A qualificação do policial penal, após todas as etapas do processo seletivo interno, possui uma carga horária em torno de 600 (seiscentas) horas/aula e apresenta um grau de reprovação, segundo documentação referente ao último curso (ano 2013), em torno de 63% (sessenta e três porcento). Dentre os motivos dessa taxa de reprovação, destaca-se o fato de o curso exigir do candidato, em elevados níveis, habilidade técnica, destreza tática e controle emocional, com foco no preparo do servidor penitenciário para atuar, regularmente, em ambiente rebelado e, por vezes, envolvendo reféns.

Em que pese a boa vontade dos instrutores, na busca por entregar o seu melhor, há muita dificuldade em se encontrar uma *praxis* pedagógica, que auxilie o profissional a se preparar para atuar em situações de elevado estresse.

Por isso, é necessário que se desenvolva uma política adequada de ensino, levando-se em consideração: a qualificação de recursos humanos; a integração à educação estadual e nacional – de modo a estabelecer vínculos entre as áreas de segurança pública e penitenciária; a formação técnica; a preparação didático-pedagógica dos instrutores; e a sua experiência profissional.

É importante considerar, também, a profissionalização continuada, a avaliação do ensino e a edificação de padrões éticos e morais, como fundamentos de uma nova política de ensino, acompanhados de objetividade, segurança, flexibilidade, eficiência, oportunidade e dedicação integral.

Diante da importância que esse grupamento exerce no ambiente prisional do Estado do Rio de Janeiro, o presente artigo tem como objetivo analisar se o modelo

pedagógico e didático de qualificação técnica e relacional seria adequado à formação deste profissional tão conceituado.

Diante do problema exposto e a ser pesquisado, levanta-se a seguinte indagação: quais são as bases científicas para a aplicação dos modelos pedagógicos, em cursos de elevado estresse físico e mental, relacionados ao ambiente prisional?

Dela, exsurgem os objetivos de: resgatar a historicidade do COESPEN; identificar modelos pedagógicos de qualificação em operações especiais; discutir as possíveis bases científicas adequadas para a constituição normatizadora de um projeto pedagógico para o COESPEN; e propor parâmetros para a elaboração de um plano de curso para o COESPEN.

Por meio de uma abordagem qualitativa na área educacional, a pesquisa de campo tem finalidade teórica, em que a natureza do trabalho científico aduz ser original, considerando o lócus de estudo e o seu objeto. Na coleta de dados junto aos sujeitos foi aplicado questionário semiestruturado via on-line[2]. Em relação ao objetivo da pesquisa, conforme orienta Bamberg (2004), a pesquisa é do tipo narrativa de conteúdo, porque está pautada na realidade vivida pelo narrador e nos cursos operacionais do sistema prisional. Em termos de natureza, delineia-se dentro da configuração de um trabalho original, pela leitura e análise de documentos ainda não explorados no *locus* do estudo. Portanto, além de ser documental, circunscreve-se como bibliográfica, em que pese a revisão sistematizada. Dentro deste escopo, a pesquisa buscará comprovação em análise de seu *corpus*, formado por fontes primárias e secundárias.

DESENVOLVIMENTO

1 HISTORICIDADE DO COESPEN

No início do ano de 2004, conforme matérias jornalísticas[3], o Rio de Janeiro, vinha experimentando uma série de violentas rebeliões. Como exemplo, cita-se a ocorrida no dia 29 de maio de 2004, na Casa de Custódia de Benfica, inaugurada a menos de dois meses, para abrigar presos que ainda não haviam sido julgados.

Naquela data, a unidade foi atacada por bandidos fortemente armados. O bando, além de atirar contra os policiais militares nas guaritas, jogou um explosivo que

2Questionário disponível em: < https://aleseap.typeform.com/report/juTeq4/e8lqfXxSgCfN0xao>. Acesso em 07 jul. 2020.
3 Uma delas, disponível em: <http://www.sindsistema.com.br/noticias/927>. Acesso em: 25 jun. 2020.

deformou o portão principal, por onde quatorze presos escaparam. Os internos que não conseguiram fugir começaram a rebelião, tomando como reféns cerca de trinta pessoas, dentre eles inspetores penitenciários e vigilantes contratados de uma cooperativa.

Foram mais de sessenta e duas horas negociações, inclusive, com a morte de um inspetor penitenciário.

Para conter a situação, houve a incursão de, aproximadamente, cem policiais militares do Batalhão de Operações Espaciais (BOPE) e do Batalhão de Choque (BPChq), ambos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). O fato resultou em mais de 30 mortos, como saldo da rebelião. Muitos corpos foram mutilados pelos próprios presos, o que dificultou as suas contagem e identificação.

Diante desse cenário, muitas providências foram sendo adotadas pela administração penitenciária da época. Dentre elas, para o atingimento do objetivo político de conter esses distúrbios à ordem interna das unidades prisionais, com o menor número de vítimas possível, colocou-se em prática a política de criação de um grupamento especializado em intervenção tática e em escolta, conforme Resolução[4] publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 25 de julho de 2004.

A estratégia utilizada, para a formação desse grupamento, foi a realização imediata de um curso operacional, dedicado à qualificação de servidores para nele atuarem.

Em abril de 2004, o primeiro COESPEN foi ministrado pela SEAP, em parceria com a PMERJ, com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) e com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), cujo módulo de Intervenção Tática foi coordenado por instrutores do BOPE; e o de Escolta, por instrutores do BPChq.

O "batismo de fogo"[5], da primeira turma do COESPEN, aconteceu em 10 de julho de 2004, quando presos rebelados tomaram o Presídio Hélio Gomes, que ficava localizado no extinto Complexo da Frei Caneca. Naquela ocasião, cinco inspetores penitenciários foram feitos reféns.

No telhado da unidade prisional, os presos rebelados exibiam pistolas, facas, machadinhas, dentre outras armas, enquanto agrediam e ameaçavam jogar os inspetores de cima da unidade prisional, tendo um deles sido pendurado de cabeça para baixo. Foi quando o grupamento, ainda em formação, obteve autorização para atuar.

---

4 RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Resolução nº 048, de 25 de julho de 2004. *Cria o Grupamento de Intervenção Tática (GIT)*.

5 Diz-se da primeira atuação real, de alguém que somente tenha treinado para determinada missão.

Muito embora os presos rebelados tenham sido distraídos com a ajuda de um helicóptero da Polícia Civil, toda a intervenção foi realizada pelos inspetores penitenciários da SEAP. Apesar das dificuldades, a intervenção foi um sucesso, com o resgate dos reféns com vida, bem como com a retomada de toda a unidade prisional, por meio de técnicas próprias desse novo grupamento, como a invasão pelo solo com granadas de efeito moral e projéteis de borracha.

A partir daquela data tudo mudou. O grupamento cresceu e ganhou credibilidade junto a outras instituições. Ficou claro que os inspetores penitenciários adquiriram competência e disciplina para atuar operacionalmente, valendo-se do escalonamento da força para dirimir graves problemas e mediar conflitos no interior das unidades prisionais, o que, antes disso, era realizado por policiais militares do estado.

Após a criação do Grupamento de Intervenção Tática (GIT) em 25 de julho de 2004, chegaram a ser registrados alguns motins, mas que foram sempre rapidamente controlados por essa tropa.

Com os bons resultados obtidos, pelo emprego das técnicas de combate em ambientes confinados, os policiais penais, lotados no GIT, consagraram-se como os pioneiros nessa qualificação penitenciária, pelo desenvolvimento e pela aplicação de técnicas especializadas para atuação com amotinados.

Em razão disso, os policiais penais do GIT foram requisitados por diversos estados brasileiros – e até estrangeiros –, referendados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), além de participarem da Força Tática de Intervenção Prisional (FTIP), convocada pelo mesmo Departamento, para restaurar a ordem e a disciplina em unidades rebeladas.

Como integrante da FTIP, atuou, durante seis meses, no Presídio de Alcaçuz (Natal/RN) no ano de 2017; durante três meses na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Boa Vista/RR) no ano de 2019; e, por fim, mais três meses no Complexo Anísio Jobim (Manaus/AM), também no ano 2019, em rebeliões amplamente divulgadas pela mídia.

Diante da evolução histórica e do reconhecimento em âmbito nacional é possível verificar que o COESPEN, ainda que não tenha uma documentação curricular robusta e bem definida, com as metodologias especificas para cursos de operações especiais penitenciárias, tem preparado de forma eficaz o policial penal para atuar em ambientes confinados sob distúrbio da ordem.

2 MODELOS PEDAGÓGICOS DE QUALIFICAÇÃO EM OPERAÇÕES ESPECIAIS

Uma vez que as atribuições do grupamento demandam um exímio preparo físico, técnico (tático) e emocional do policial penal, o curso tem caráter classificatório e eliminatório, cujo principal objetivo é dotar o candidato de conhecimentos, habilidades e atitudes que o qualifiquem para o exercício das atividades atinentes ao Grupamento de Intervenção Tática (GIT). Os alunos, servidores de carreira da área de segurança pública, são avaliados por critérios técnicos, psicológicos e físicos, no decorrer do processo seletivo.

Após a classificação no processo seletivo, os alunos iniciam a chamada "semana zero", que tem o objetivo de prepará-los para as instruções e informações sobre como serão avaliados. É quando o padrão de uniformidade é acertado – uniforme, cabelo, barba, dentre outros – e também são definidos os horários e diretrizes a serem seguidos. É nessa semana que há palestras de orientação geral com as áreas médica, paramédica e psicológica. Cada aluno passa a ser designado apenas por um número – pelo qual serão chamados durante todo o restante do curso. É uma semana de ajustes e orientações e não há nenhuma atividade de alta intensidade.

Na segunda semana, começa a "semana rústica", em que os alunos enfrentam o primeiro grande desafio, pois são levados a um extenuante desgaste físico e emocional, com o objetivo de testarem a sua resistência física, bem como o controle emocional de cada um dos participantes. É a semana de maior índice de desistência. Após essa semana, as instruções, propriamente ditas, de fato se iniciam.

Os exercícios operacionais e os simulados são realizados, em regra, no complexo penitenciário de Bangu, onde existe um simulacro de unidade prisional especifico para este tipo de treinamento.

Durante todo o curso, o aluno é avaliado mediante apuração da frequência, do desempenho operacional e do comportamento. Há também uma avaliação final, de que somente participam os alunos com aproveitamento e desempenho, com frequência mínima e com comportamento compatível com a função durante todo o curso, que tenham demonstrado habilidades táticas e técnicas em nível adequado, relativas à função a ser desempenhada.

Em análise ao conteúdo programático do 4º COESPEN[6], realizado no ano de 2013, verifica-se que, dentre as 47 (quarenta e sete) matérias previstas na grade curricular, 21 (vinte e uma) tiveram instrutores da própria SEAP. As demais matérias foram aplicadas em parcerias com instituições como: PMERJ; CBMERJ; Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE/PCERJ); BOPE/PMERJ; Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ); Comandos Anfíbios da Marinha do Brasil (ComAnf/ MB); Companhia Precursora Paraquedista do Exército Brasileiro (Cia Prec PQdt). Quanto às palestras, foram convidados profissionais de cada área.

Os instrutores, desse universo de 21 (vinte e uma) matérias ministradas por policiais penais da SEAP, são o público alvo do questionário[7] elaborado durante esta pesquisa. Procura-se verificar a sua percepção, quanto às metodologias aplicadas, especialmente nas atividades práticas do curso.

Desse total, obteve-se a participação voluntária de 15 (quinze) instrutores do COESPEN, o que se deu por meio de pesquisa enviada via formulário eletrônico[8]. Não foi pedida a identificação de cada participante. No questionário, permite-se marcar mais de uma opção, em algumas perguntas[9], cujos objetivos foram verificar a percepção dos instrutores sobre a atual metodologia aplicada. Neste sentido foram feitas 08 (oito) perguntas, sendo 04 (quatro) discursivas do tipo perguntas abertas, onde o respondente escreve livremente a sua percepção e 04 (quatro) objetivas do tipo perguntas fechadas[10].

A maioria dos instrutores destaca a importância de o aluno estar, a todo momento, sentindo-se como se estive atuando em um ambiente real. Uma vez que a

---

6 Observam-se os seguintes assuntos na grade curricular: palestra de abertura; abordagem de pessoas e uso de algemas; abordagem de veículos; acuidade noturna; adaptação em altura; agentes químicos; APH de combate; arma de eletrochoque; armamento e munição; escolta em quatro rodas; atividade de Inteligência; atividade física operacional; atividades helitransportadas; balística; busca e captura em área rural e urbana; combate a incêndio; combate em ambiente confinado; combate veicular, embarque e desembarque; combate velado; comunicação; controle de distúrbio civil; defesa pessoal; direção defensiva, ofensiva e evasiva; escolta prisional; estágio físico preparatório; explosivos; gerenciamento de crise; instrumentos de menor potencial ofensivo; intervenção prisional; natação utilitária; noções de caçador; noções de direito penal; direitos humanos; noções de sobrevivência; ofidismo e animais peçonhentos; orientação de paraquedismo; palestras – rabdomiólise, efeitos de anabólicos no organismo, psicologia e nutrição; paraquedismo; patrulha rural e urbana; primeiros socorros; rapel tático/*fast rope*; resgate e salvamento em montanha; segurança e proteção de autoridades; sobrevivência policial; tática individual de combate; tiro operacional; transposição de obstáculos; e uso progressivo da força.

7 O resultado completo da pesquisa pode ser obtido por meio de acesso eletrônico ao formulário *Typeform*, disponível em: <https://aleseap.typeform.com/report/juTeq4/e8lqfXxSgCfN0xao>. Acesso em: 07 jul. 2020.

8 Ibid.

9 Motivo pelo qual há respostas que, se somadas, ultrapassam 100%.

10 Para se obter o resultado completo da pesquisa, recomenda-se o acesso diretamente ao seu endereço eletrônico, disponível em: <https://aleseap.typeform.com/report/juTeq4/e8lqfXxSgCfN0xao>. Acesso em: 07 jul. 2020.

intervenção em ambiente confinado e rebelado é a atividade fim do grupamento, é necessário focar na coragem, na disciplina e na resiliência, durante as instruções.

Para 86% (oitenta e seis porcento) dos instrutores, a atitude mais importante a ser desenvolvida nos alunos é a resiliência. Para 60% (sessenta porcento) a disciplina. Por fim, para 33% (trinta e três porcento) é a coragem. Além disso, são unânimes em afirmar que as disciplinas ideais, para o desenvolvimento deste tipo de atitudes nos alunos, são as de cunho prático/operacional.

Quanto à resiliência, os instrutores afirmam que procuram estimular os alunos por meio de exercícios que exijam determinados "sentidos", para se adaptarem às condições adversas e à sua capacidade de resistir a isso, mesmo sob forte estresse emocional e exaustão física.

A resiliência surge a partir da persistência. Os exercícios são repetidos até chegarem à perfeição, não importa o tempo que leve. A princípio é desgastante, mas o aluno tende a melhorar a sua autoconfiança e a entender que ele deve persistir, até alcançar o nível desejado, à medida em que as novas etapas vão sendo cumpridas.

Segundo as Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais do Exército Brasileiro (NDACA)[11], resiliência é a "predisposição a recuperar-se rapidamente, após a ocorrência de contratempos, choques, lesões, adversidades e estresse".

Portanto, ser resiliente significa mais do que sobreviver ou resolver situações problemáticas. Implica na capacidade de resolver, recuperar e prosseguir perante as adversidades.

De modo prático, a atividade do policial penal, integrante do Grupamento de Intervenção Tática (GIT), envolve a utilização de fardamento completo e de diversos equipamentos como colete balístico e de proteção contra armas brancas, materiais explosivos, armamento com munição de impacto controlado e também de munição letal, além de outros materiais como alicates para grades ou cadeados, aríetes, pés-de-cabra, tudo isso acrescentando consideráveis quilos a mais ao próprio peso do policial.

Não bastasse isso, não importa quão perto ou distante seja a unidade prisional rebelada, o GIT é acionado imediatamente, mas a sua efetiva atuação em campo dependerá do esgotamento dos outros meios de negociação, os quais também envolvem a presença do grupamento no local de crise. Isso pode levar horas ou dias a fio.

---

11 BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais do Exército Brasileiro*. 3. ed. Brasília: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2019. p. 28.

Muito embora a própria intervenção, em si, deva ocorrer idealmente de modo rápido e preciso, o desgaste físico e emocional de um confronto sob essas condições, somados a todos os fatores citados, exige um elevado nível de resiliência pelos membros desse grupo tático. Tal fato é coerente com o nível de concordância desse quesito, que foi de 86% (oitenta e seis porcento) dos instrutores.

Quanto ao quesito disciplina, os instrutores consultados afirmam que é cobrada a todo instante e está alicerçada na hierarquia. Durante o curso, existe o chamado "xerife" – o aluno que representa os demais alunos – que é trocado inúmeras vezes, para se atingir o objetivo de que todos sintam a responsabilidade do comando.

Conforme as NDACA[12], ter disciplina é "agir em conformidade com normas, leis e regulamentos que regem a Instituição, voluntariamente, sem necessidade de coação externa".

Portanto, o policial penal que atua no GIT precisa ter internalizado, por meio de sua formação especial, o respeito à disciplina e a atuação de modo disciplinado, em níveis diferenciados em relação ao restante da tropa.

Por sua vez, França[13], baseando-se no pensamento de Foucault[14], afirma que:

> [...] o uso da disciplina se desenvolveu na modernidade como técnica que serve para nortear os indivíduos através de regras que devem ser seguidas por meio de um sistema de obediência e submissão, expandindo-se nas diversas instituições (Exército, escolas, prisões, hospitais, fábricas, hospícios) e desencadeando uma "ortopedia social".

Vê-se que um dos itens citados foram as prisões, sob a ideia de formação social em diferentes estruturas interdependentes, a que chamou de "ortopedia social".

No caso das prisões, durante a intervenção em ambientes confinados e sob distúrbio da ordem, muitas vezes contra internos armados, seja com armas brancas ou com armas de fogo, a incursão do GIT demanda o cumprimento de funções específicas e precisas por cada membro do grupo tático. Somente com uma conduta disciplinada é que se viabiliza, sob alto nível de controle emocional e de discernimento, a utilização da força de modo preciso e proporcional, mesmo sob as condições mais adversas possíveis.

---

12 BRASIL, op. cit., 2019, p. 28.

13 FRANÇA, Fábio Gomes. Humanização disciplinada: um estudo sobre relações de poder na formação policial militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, n. 4, p. 157-180, jun. 2015.

14FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história das violências nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1987 apud FRANÇA, Fábio Gomes. Humanização disciplinada: um estudo sobre relações de poder na formação policial militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, n. 4, p. 157-180, jun. 2015.

_____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2003 apud FRANÇA, Fábio Gomes. Humanização disciplinada: um estudo sobre relações de poder na formação policial militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, n. 4, p. 157-180, jun. 2015.

Em relação à coragem, afirma-se que os alunos são submetidos a testes como altura, pistas de ação e reação, dentre outros. Destaca-se a importância da confiança nas técnicas adquiridas, foco nos exercícios e participação ativa nas instruções.

Segundo as NDACA[15], coragem é:

> [...] o senso moral intenso, diante dos riscos ou do perigo, onde o militar demonstra bravura e intrepidez. É a capacidade de decidir e a iniciativa de implementar a decisão, mesmo com o risco de vida ou o sacrifício de interesses pessoais, no intuito de cumprir o dever, assumindo a responsabilidade por sua atitude.

Portanto, é importante o desenvolvimento da coragem nos alunos do COESPEN, uma vez que o policial penal deverá atuar em ambientes confinados em situação de rebelião e, por regra, em inferioridade numérica comparada aos presos. Ainda há de se observar que, quando os internos estão amotinados, não raras vezes, possuem armas brancas e, até mesmo, armas de fogo em alguns casos, conforme apreensões[16] realizadas no sistema penitenciário fluminense.

Ainda segundo a NDACA[17], coragem é:

> - Conduzir seus comandados com firmeza nas situações de perigo.
> - Ser capaz de superar seus medos nos exercícios de treinamento.
> - Enfrentar com serenidade situações perigosas.
> - Gostar de atividades que exijam audácia (ou risco).
> - Superar, sem medo, as situações de perigo impostas durante o curso.
> - Revelar destemor para superar as situações difíceis e perigosas, sem negligenciar a segurança.
> - É agir, de forma firme e destemida, em qualquer situação e ter capacidade de agir apesar do medo, do temor e da intimidação.

Nesse sentido, a coragem que se espera do policial penal, que se encontra cursando o COESPEN, não é a ausência de medo, de temor ou de intimidação, pois essas são reações necessárias à preservação de sua própria vida. O que se espera é que ele demonstre a capacidade de superar essas sensações, de maneira a agir com técnica, disciplina e serenidade, nas diversas situações perigosas a que será submetido no desempenho de suas funções, após formado.

Foi observada a importância que os instrutores atribuem à manutenção do controle emocional pelo aluno. Afirmam ser necessários exercícios realizados com o aluno fadigado, física e mentalmente. Ou seja, cansado, com sono, com frio e/ou com fome. Mesmo sob adversidades, se ele ainda mantiver concentração e foco para executar

---

15 BRASIL, op. cit., 2019, p. 30.
16 Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/presos-de-cela-onde-foi-encontrada-pistola-em-bangu-sao-transferidos-para-unidade-de-seguranca-maxima.ghtml>. Acesso em 25 jun. 2020.
17 BRASIL, op. cit., 2019, p. 26.

bem as atividades técnicas, táticas ou para ajudar a equipe, em princípio, o aluno terá demonstrado o equilíbrio emocional esperado.

A relevância disso se mostra pela necessidade de os policiais penais, em momentos de elevado estresse, manterem a calma e a serenidade, para atuarem de forma eficaz e oportuna, inclusive para o resgate de reféns sob custódia de presos rebelados.

A corroborar com as referidas assertivas, relativas ao equilíbrio emocional, recorre-se novamente às NDACA[18], que as definem como um:

> [...] agir controlando as próprias reações emocionais e sentimentos, para se conduzir de modo apropriado, nas diferentes situações, incluindo as inesperadas. É a capacidade de enfrentar obstáculos e ter controle dos sentimentos e das reações.

Pelas respostas dadas pelos instrutores, percebe-se que o aluno deve ser levado ao limite de suas necessidades básicas, tais como: restrição de alimento, horários predeterminados para a hidratação, restrição de sono, exploração das fobias individuais, dentre outras.

Durante essas privações, exige-se desenvoltura em atividades que demandem: atenção, concentração e liderança. Para isso, utiliza-se o adestramento exaustivo com todos os tipos de armamentos e de equipamentos utilizados pelo grupamento, com o intuito de preparar o aluno para enfrentar situações extremas, que repousam sobre a iminência da morte. As habilidades relativas à resolução de problemas, à administração de suas emoções e à manutenção da serenidade, foram, por isso, citadas como sendo de suma importância.

O cotidiano do aluno, em processo de formação ou de qualificação, na carreira militar ou policial, é marcado, então, pela sobrecarga de atividades físicas, pela exposição ao frio ou ao calor e pela privação relativa de sono, que também contêm aspectos específicos e particulares da respectiva carreira, como rituais de passagem, rumo à nova vida e à consolidação de uma nova identidade, pessoal e profissional, a de "Força Especial".

Outro ponto relevante para os instrutores é a realização de atividades coletivas, que desenvolvam o espírito de união e de camaradagem entre os alunos. Desse modo, quando um deles comete um erro, todos são penalizados da mesma forma.

Para esclarecer essa assertiva, destaca-se uma das respostas dadas pelos instrutores[19]:

---

18 BRASIL, op. cit., 2019, p. 29.

19 FREITAS, Júlio César da Cruz de. *Entrevista*. Coordenação de Segurança da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro. Entrevistadora: Alessandra Rosa Altmayer Odawara. Rio

> A coragem do Gitiano advém de seu companheiro ao lado, pois, ainda que você esteja numa rebelião, onde presos querem te matar, você sabe que não está sozinho. Não ficará sozinho. Portanto, o aluno deve se preocupar em cuidar do companheiro. Não o deixar sozinho. Um cuidando do outro. Todos entram, todos saem.

Outros pontos citados foram a importância de uma didática clara e direta nos momentos de instrução, a fim de maximizar o aprendizado; variações de rotina, para tirar o aluno de uma suposta zona de conforto; construir um fundamento ideológico forte em cada aluno, para que saibam, apesar das dificuldades, que vale a pena honrar a instituição e o "brevê" que sustentam no peito.

O policial penal ingressa voluntariamente neste tipo de curso. Desde o primeiro momento, é submetido a uma bateria de procedimentos institucionais, rituais, treinamentos físicos, repetição constante dos modos de conduta e reconhecimento automático de determinados comportamentos, cuja função parece ser a naturalização desses princípios, valores e crenças policiais, de modo a forjar um novo ser, cuja identidade é reconhecida a partir da ideia do pertencimento a um grupo seleto.

O conceito de *habitus* é descrito por Costa[20] como:

> [...] um conjunto unificador e separador de pessoas, bens, escolhas, consumos, práticas, etc. O que se come, o que se bebe, o que se escuta e o que se veste constituem práticas distintas e distintivas; são princípios classificatórios, de gostos e estilos diferentes. O *habitus* seria constituído por um conjunto adquirido de padrões de pensamento, comportamento e gosto, capaz de ligar a estrutura com a social.

Trata-se, pois, do *habitus* do guerreiro, especialista em Operações Especiais Penitenciárias e que se identifica por esse conjunto adquirido de padrões de pensamento, estabelecidos por meio das instruções do COESPEN, que lhe proporcionará, além de uma conduta uniformizada, a sensação de pertencimento a um grupo seleto, o da já referida "Força Especial".

Metade dos instrutores que responderam ao questionário, descreveu como sendo importante, para resguardá-los contra eventuais processos administrativos ou criminais, movidos em face de lesões corporais e/ou de outras causas relacionadas aos cursos operacionais, as seguintes medidas: maior interação do corpo jurídico da instituição com a Escola de Gestão Penitenciária (EGP) e com o Centro de Instrução Especializada (CIESP), para a confecção da grade curricular; acompanhamento continuo por um

---

de Janeiro, 2020.

20 COSTA, Jean Henrique. Reflexões sobre a Industria Cultural a partir de Pierre Bourdieu. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 140, p. 12-21, jan. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18411>. Acesso em 26 jun. 2020.

profissional de saúde, com a disponibilidade de uma ambulância; e a análise de perfil profissiográfico durante o processo seletivo.

Essa última assertiva, segundo os instrutores, dá-se pelo fato de os alunos concluírem todas as etapas do processo seletivo sem, no entanto, possuírem perfil para "aturar" as atividades rotineiras do grupamento.

Por sua vez, para mais de 80% (oitenta porcento) dos instrutores consultados, seria necessária a confecção de um plano de aula, descrevendo quais exercícios serão realizados e com que intensidade, incluídos os objetivos e finalidades de cada um deles. Citam, também, a confecção de uma declaração de conhecimento, pelos alunos voluntários, de que o curso os levará aos limites dos desgastes físico e emocional.

Diante da complexidade que é a formação do policial penal, para atuar de forma oportuna e eficiente, em locais normalmente de difícil acesso, confinados e sob condições adversas, surge a necessidade de se verificar quais seriam as bases científicas adequadas, para os cursos de operações especiais, no âmbito prisional, descritas adiante.

3 BASES CIENTÍFICAS ADEQUADAS PARA CONSTITUIÇÃO NORMATIZADORA DE UM PROJETO PEDAGÓGICO PARA O CURSO DO COESPEN

Uma documentação curricular, com bases cientificas, robustas e adequadas às especificidades do curso, constitui uma importante ferramenta educacional e pedagógica, com orientações, sugestões e diretrizes que possam estimular e auxiliar no desenvolvimento dos conteúdos atitudinais e nas ações formativas dos alunos.

Paula Poncioni[21], em seu artigo Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil, afirma que é:

> [...] indispensável pensar estratégias amplas, que permitam a realização de pesquisas, incluindo dados empíricos em ambas as organizações de polícia, para que se possa lançar um "olhar" mais acurado sobre a formação profissional e as práticas policiais. Esta é, indubitavelmente, uma tarefa urgente e necessária para que se implemente um projeto educacional que busque alcançar o aprimoramento da atividade profissional da polícia a fim de responder de maneira satisfatória às crescentes e complexas demandas da sociedade e enfrentar os desafios relacionados à eficácia de suas ações num contexto democrático.

Nessa perspectiva, a mudança da cultura na qualificação dos policiais penais, orienta-se para um ensino capaz de reconhecer o valor da pessoa humana e a sua dignidade, num contexto de conhecimento e de respeito, que representa um dos pilares

21 PONCIONI, Paula Ferreira. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, n. 1, p. 27, mar. 2007.

de um processo de mudança de paradigmas, no ofício que o sistema penitenciário exerce na sociedade atual. Com isso, procura-se estimular ainda mais a reflexão sobre o processo de aprendizagem do policial penal, particularmente em Intervenção Tática.

É cada vez mais necessário pensar no planejamento das atividades formativas, pois o investimento no capital humano e a valorização profissional tornam-se imprescindíveis para atender as demandas, superar os desafios existentes e contribuir para a efetividade do cumprimento da missão institucional.

Segundo a Revisão da Matriz Curricular da Escola Nacional de Serviços Penais, trabalho de Consultoria, realizado por Freitas[22], para o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a respeito do ensino por competências:

> Escolas de Serviços Penais não podem produzir conhecimento sem considerar os vários saberes já produzidos dentro das próprias instituições do sistema. É preciso valorizar, reconhecer e estimular os conhecimentos adquiridos pelos próprios profissionais e estimular a reflexão crítica sobre as práticas então realizadas bem como as pesquisas, estudos e investigações que podem ser realizadas. É importante que aqueles que possuem muita experiência prática dentro do sistema sejam provocados (as) a dialogar com outros atores (internos e externos) e conhecer outras formas de registrar estas experiências e refletirem sobre elas. Não se deve desprezar o saber construído na experiência prática dos servidores (as), pelo contrário, é necessário valorizar estes conhecimentos e considerá-los como importantes na construção do processo formativo.

Percebe-se como importante a construção de uma grade curricular baseada no ensino por competências, em que sejam analisados o perfil profissiográfico e a identificação das características comuns dos alunos do COESPEN. Isso contribuirá para o planejamento de ações de capacitação, mais condizentes com a realidade da SEAP.

Pode-se dizer que as competências que uma pessoa constrói, em função das situações que enfrenta com maior frequência, formam um conjunto mais adaptado às necessidades inerentes ao exercício das tarefas e missões, relativas ao treinamento a que se submete. Para reforçar essa afirmação, recorre-se a Perrenoud[23], o qual afirma que "o sucesso depende de uma capacidade geral de adaptação e discernimento, comumente considerada como a inteligência natural do sujeito".

O significado desse pensamento, comparado ao processo de ensino relacionado ao COESPEN, tem ligação com uma capacidade, imanente ao sujeito, de superar as

---

22 FREITAS, Felipe da Silva. *Revisão da Matriz Curricular da Escola Nacional de Serviços Penais*. 2011. 61 f. Consultoria (Desenvolvimento de Produtos voltados para o Fortalecimento da Escola Nacional de Serviços Penais) – Departamento Penitenciário Nacional, Brasília, 2011. p. 16.

23 PERRENOUD, Philippe. MAGNE, B. C. Construir: as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 33, apud MELLO, Cheila Dionisio de. Bases Teóricas e Conceituais da pedagogia das competências: estudo segundo Phiplippe Perrenoud. *O Adjunto Revista Pedagógica da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas*, Cruz Alta, n. 1, p. 91-96, 2013. p. 93.

adversidades a que é submetido, a fim de se lhe extrair a avaliação sobre o desenvolvimento atitudinal, particularmente relacionado aos quesitos de resiliência, disciplina e coragem. Naturalmente, há que se compreender alguma espécie de "inteligência" relacionada a essas capacidades.

Bianco[24], ao analisar a obra de Perrenoud[25], acerca do ensino por competências, afirma que:

> [...] seu desenvolvimento está relacionado com a natureza das situações de aprendizagem, que devem se constituir como uma preparação intensiva, que dá condições objetivas ao sujeito para a interiorização e estabilização dos esquemas de pensamento e ação. Dessa forma, esse sujeito teria a capacidade de mobilizar tais competências e aplicá-las em uma situação real.

Compreende-se que o ensino por competências é alicerçado na concepção de ensino construtivista, em que o sujeito adquire as ferramentas necessárias à aprendizagem e busca, por si, o seu desenvolvimento.

Sobre o construtivismo, recorre-se a Loch [26], para quem:

> a ênfase repousa no papel central do sujeito, na produção do seu saber e não apresenta metodologia ou sugestões de técnicas de como ensinar, uma vez que a preocupação é com a aprendizagem, em como o indivíduo aprende. As bases construtivistas postulam que a aprendizagem começa com uma dificuldade, com o problema e com a necessidade de resolvê-lo.

Diferentemente do ensino por competências, em que se desenvolve um trabalho ativo, tanto pelo aluno quanto pelo professor, em todas as áreas necessárias ao aprendizado, no construtivismo há uma certa passividade nesse processo, em que o aluno é o sujeito central e o professor, de certa forma, um componente passivo.

O ensino por competências, nesse sentido, promove uma reflexão das práticas educacionais, de modo a contribuir para a formação do policial, por meio do

---

24 BIANCO, Pedro Henrique. Ensino por Competências no EB: uma Construção Colaborativa. In: MARINHA DO BRASIL. *Palestra*. p. 20. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ensino/sites/www.marinha.mil.br.ensino/files/9-Palestra%20-%20Coronel %20Bianco_0.pdf>. Acesso em 26 jun. 2020.

25 PERRENOUD, Philipe. Pedagogia Diferenciada: das Intenções à Ação. Porto Alegre: Artimed, 2000, apud BIANCO, Pedro Henrique. Ensino por Competências no EB: uma Construção Colaborativa. In: MARINHA DO BRASIL. *Palestra*. p. 20. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ensino/sites/www.marinha.mil.br.ensino/files/9-Palestra%20-%20Coronel %20Bianco_0.pdf>. Acesso em 26 jun. 2020.

26 LOCH, VV. O Construtivismo e o Planejamento Pedagógico. Curitiba. Renascer. 1995. Apud. Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil, aprovado pela Port. nº 053-DECEx, de 18 de maio de 2016.

desenvolvimento de quatro grandes pilares, desenvolvidos por Delors[27], quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Com intuito de robustecer este estudo, realizou-se pesquisas em fontes abertas, acerca da documentação, principalmente a relacionada aos cursos operacionais, cujo modelo adotado fosse o do ensino por competências. Constatou-se que a maioria dos documentos pertinentes aos cursos operacionais são classificados como sigilosos, por questões de segurança.

Em virtude disso, foi analisada a documentação curricular do Estágio de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para Oficiais, por ser de caráter ostensivo (público), ministrado pelo Exército Brasileiro, muito embora, ressalte-se, não se trate de um currículo voltado para cursos de operações especiais (forças especiais).

A documentação curricular do curso de GLO foca no perfil profissiográfico do concludente, cujos tópicos abordam: finalidade do curso; competências profissionais (onde irão atuar); eixo transversal (atitudes a ser desenvolvidas); capacidades cognitivas; capacidades físicas; capacidades morais; e valores.

No que tange ao mapa funcional, pode ser analisado que a competência principal se encontra descrita no objetivo geral da atuação do aluno. Ao se comparar com a atividade de intervenção tática prisional, poder-se-ia entender, por exemplo, o planejamento dessa intervenção, em uma unidade prisional rebelada.

Na unidade de competência, devem constar as informações intermediárias das funções que poderão desempenhar, como: agir com base em preceitos legais, utilizar técnicas de armas e munições de impacto controlado, defender-se utilizando o corpo, gerenciar uma crise em nível tático etc.

Por fim, no elemento de competência, faz-se uma descrição pormenorizada de todas as aptidões que o concludente deverá ter desenvolvido, tais como: atuar como integrante da equipe, assessorar o gerente durante uma crise, realizar negociações, atender a ocorrências, progredir em ambiente conflituoso, dentre muitas outras atribuições.

A implementação do ensino, baseada nas competências individuais e no perfil profissiográfico, visa a otimizar o desempenho dos profissionais, bem como oferecer condições para que esses percebam a necessidade de se preocupar com o autodesenvolvimento.

---

27 DELORS, Jaques *et al*. *Educação*: um tesouro a descobrir. 2010. 43 f. Relatório (Os quatro pilares da Educação, da Comissão Internacional sobre Educação) – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Brasília, 2010.

Por todo o exposto, são essas as bases científicas objeto desta seção, motivo pelo qual, uma vez delimitadas, faz-se oportuna a análise dos parâmetros adequados à elaboração de um plano de curso, formalizado, para o COESPEN, o que se verá a seguir.

4 PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE CURSO PARA O COESPEN

Por se tratar de algo, infelizmente, inédito para o Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro e por não ser a finalidade deste estudo a completa e inequívoca delimitação de todas as diretrizes necessárias à formulação de um plano de curso, almeja-se, tão somente, indicar os parâmetros a ser seguidos, para que se viabilize a construção do referido plano.

Primeiramente, deve-se buscar a formação de um grupo de trabalho interdisciplinar, de modo a promover a integração da Escola de Gestão Penitenciária (EGP) e do Centro de Instrução Especializada (CIESP) – esses, responsáveis pelos assuntos didático-pedagógicos –, da Coordenação de Saúde Ocupacional – assuntos médicos –, da Assessoria Jurídica – aspectos de legalidade das atividades do curso – e do próprio Grupamento de Intervenção Tática (GIT) – que é o destinatário dos formados no COESPEN e o conhecedor das técnicas a ser desenvolvidas.

Esse trabalho conjunto propiciará a amplitude necessária à abordagem de todos os fatores de ensino e também de risco, para a elaboração de uma documentação curricular adequada ao curso.

A EGP e o CIESP, seriam os responsáveis pela elaboração de um plano, contendo as disciplinas necessárias, matérias práticas e os desenvolvimentos atitudinais necessários à formação do policial penal discente, em que estejam delimitadas as competências, as habilidades e as atitudes que se esperam dos alunos formados nos cursos operacionais.

São muitos os componentes de um plano de ensino. Pode-se citar, a título de exemplo: unidades didáticas, disciplinas, assuntos e ementas, cada qual com seus detalhamentos, para parametrizar, principalmente, as aulas práticas a serem desenvolvidas por cada instrutor.

Ficariam também responsáveis pela qualificação do instrutor, quanto à didática que seria aplicada no curso, bem como quanto aos limites para o desenvolvimento de determinadas habilidades.

A Coordenação de Saúde Ocupacional, por ser a responsável pela saúde do servidor, ficaria incumbida de assessorar a EGP, no sentido de eliminar ou de minimizar os riscos inerentes às atividades práticas. Pode-se citar, como exemplo, o levantamento das temperaturas médias anuais, por mês, das áreas de Bangu e da Ilha Grande[28]. Com isso, seria possível avaliar o risco de hipotermia ou de insolação, em cada mês do ano, de modo a indicar as suas condições mais favoráveis, com vista à realização de atividades ao sol ou na água.

Pensa-se, ainda, em questões como: qual seria o tempo de privação de sono ou de água, que o instrutor poderá impor ao aluno, para o desenvolvimento de conteúdos atitudinais, sem que se coloque em risco a saúde do corpo discente? Dentre muitas outras questões, necessárias a minimizar o risco à saúde do aluno, essa seria uma que deveria ser observada pelo corpo técnico de saúde em questão.

A Assessoria Jurídica auxiliaria no desenvolvimento e na construção de uma grade curricular pautada na legalidade, principalmente relacionada às atividades práticas, em que os instrutores, ao desenvolverem determinadas tarefas, acabam se submetendo a determinadas circunstâncias, que podem os levar a responder processos administrativos e, até mesmo, criminais.

Por sua vez, o GIT detém todo o conhecimento prático-operacional, obtido por meio das inúmeras atuações em ambientes confinados sob distúrbio da ordem, cujos resultados, conforme já descritos neste trabalho, mostram-se, até o presente momento, de suma eficácia. Como um elemento prático-operacional, tanto quanto deve ser o curso, o GIT está capacitado a rever, por métodos de retroalimentação e por estudos de casos, as melhores práticas a ser implementadas no curso.

Uma vez formado o grupo de trabalho interdisciplinar e seguidos esses parâmetros, a documentação curricular estará apta a delimitar, de forma clara e inequívoca, como seriam desenvolvidas todas as competências e habilidades gerais do curso, bem como as competências especificas, pautadas na legalidade e de maneira a criar condições para a superação dos fatores de risco, especialmente os relacionados à

---

28 Cita-se esses dois locais como exemplo, uma vez que as atividades práticas do COESPEN são realizadas tanto em Bangu, por sediar o Centro de Instrução Especializada; como na Ilha Grande, por abrigar o Centro de Instrução Avançada. Ambos, vinculado à SEAP.

saúde do aluno e, por consequência lógica, os de responsabilidade civil, administrativa ou criminal dos instrutores.

CONCLUSÃO

Como pode ser observado, o atual modelo pedagógico, empregado no Curso de Operações Especiais Penitenciárias (COESPEN), vem preparando o policial penal para atuar em ambientes confinados com eficácia, conforme demonstrado na historicidade do grupamento. No entanto, afirma-se a necessidade de descrever os objetivos de cada exercício e os retornos esperados, como forma de organização documental e garantia de seu cumprimento.

O Grupamento de Intervenção Tática (GIT) é referência nacional em assuntos relativos a intervenções em ambientes rebelados, cujos componentes, instrutores do curso, mesmo que de forma empírica, utilizam os critérios adequados para a qualificação dos alunos, inclusive no desenvolvimento de conteúdos atitudinais.

Deve ser confeccionada uma documentação curricular para COESPEN, com os pressupostos alicerçados no ensino por competências. Além disso, a elaboração de um mapa funcional, durante o processo seletivo, traria benefícios não só para os alunos, mas também para os instrutores, uma vez que o aprendizado, baseado no ensino por competências, permite que as necessidades de treinamento e capacitação sejam apontadas de forma mais eficaz. Isso porque define as competências ou as habilidades que o profissional deve desenvolver.

Assim, constitui um importante passo no sentido do aprimoramento da grade curricular do COESPEN o alinhamento das competências individuais dos seus profissionais, com as competências necessárias ao atingimento dos objetivos estratégicos desse curso.

O grupo de trabalho interdisciplinar deve estar focado na confecção de uma documentação curricular, que abranja todas as técnicas do ensino por competências, todo o conteúdo necessário à especialização do policial penal em intervenção tática e toda a segurança médica e jurídica dos discentes e docentes.

Desse modo, serão fornecidos os subsídios e os instrumentos que possibilitarão, à EGP e ao CIESP, a elaboração de diretrizes para que seus instrutores possam, de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente, em situações complexas e rotineiras do curso.

Por fim, ser um profissional do GIT exige inúmeras competências técnicas e comportamentais, que contribuem para que as diversas funções pertinentes ao grupamento possam ser executadas com segurança, qualidade e com a máxima assertividade. Tal exigência é reforçada, principalmente, pela atividade fim do grupamento, que atua, precipuamente, em ambientes rebelados, sob elevado nível de estresse e sob o risco da própria vida.

REFERÊNCIAS

BAMBERG, M. I know it may sound mean to say this, but we couldnt really care less about her anyway: Form and Functions of "Slut Bashing" in Male Identity Constructions in 15-Year Olds. Human Development, 249, 1-23, apud MOUTINHO, Karina; DE CONTI, Luciane. Análise Narrativa, Construção de Sentidos e Identidade. *Psicologia*: Teoria e Pesquisa, vol. 32, n. 2, p 1-8, abr-jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n2/1806-3446-ptp-32-02-e322213.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BIANCO, Pedro Henrique. Ensino por Competências no EB: uma Construção Colaborativa. In: MARINHA DO BRASIL. *Palestra*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ensino/sites/www.marinha.mil.br.ensino/files/9-Palestra %20-%20Coronel%20Bianco_0.pdf>. Acesso em 26 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais do Exército Brasileiro*. 2. ed. Brasília: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2018.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais do Exército Brasileiro*. 3. ed. Brasília: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2019.

_____. Ministério da Justiça. *Bases curriculares para a formação de profissionais da área de segurança do cidadão*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2000.

_____. Ministério da Justiça. *Matriz Curricular Nacional*. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2009.

_____. Ministério da Justiça. *Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

COSTA, Jean Henrique. Reflexões sobre a Industria Cultural a partir de Pierre Bourdieu. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 140, p. 12-21, jan. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18411>. Acesso em 26 jun. 2020.

DELORS, Jaques *et al*. *Educação*: um tesouro a descobrir. 2010. 43 f. Relatório (Os quatro pilares da Educação, da Comissão Internacional sobre Educação) – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Brasília, 2010.

DORES, Cláudio Alencar; CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *O Projeto Político Pedagógico para a Formação de Sargentos da Polícia Militar do Estado De São Paulo*. Pesquisa em Debate, edição especial, 2009.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história das violências nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1987 apud FRANÇA, Fábio Gomes. Humanização disciplinada: um estudo sobre relações de poder na formação policial militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, n. 4, p. 157-180, jun. 2015.

_____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2003 apud FRANÇA, Fábio Gomes. Humanização disciplinada: um estudo sobre relações de poder na formação policial militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, n. 4, p. 157-180, jun. 2015.

FRANÇA, Fábio Gomes. Humanização disciplinada: um estudo sobre relações de poder na formação policial militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, n. 4, p. 157-180, jun. 2015.

FREITAS, Felipe da Silva. *Revisão da Matriz Curricular da Escola Nacional de Serviços Penais*. 2011. 61 f. Consultoria (Desenvolvimento de Produtos voltados para o Fortalecimento da Escola Nacional de Serviços Penais) – Departamento Penitenciário Nacional, Brasília, 2011.

FREITAS, Júlio César da Cruz de. *Entrevista*. Coordenação de Segurança da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro. Entrevistadora: Alessandra Rosa Altmayer Odawara. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://aleseap.typeform.com/report/juTeq4/e8lqfXxSgCfN0xao>. Acesso em: 07 jul. 2020.

LOCH, V. V. *O Construtivismo e o Planejamento Pedagógico*. Curitiba: Renascer, 1995, apud BRASIL. Exército Brasileiro. *Portaria nº 053-DECEx*, de 18 de maio de 2016.

PERRENOUD, Philippe. MAGNE, B. C. Construir: as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 33, apud MELLO, Cheila Dionisio de. Bases Teóricas e Conceituais da pedagogia das competências: estudo segundo Philipe Perrenoud. *O Adjunto Revista Pedagógica da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas*, Cruz Alta, n. 1, p. 91-96, 2013.

PERRENOUD, Philipe. Pedagogia Diferenciada: das Intenções à Ação. Porto Alegre: Artimed, 2000, apud BIANCO, Pedro Henrique. Ensino por Competências no EB: uma Construção Colaborativa. In: MARINHA DO BRASIL. *Palestra*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ensino/sites/www.marinha.mil.br.ensino/files/9-Palestra %20-%20Coronel%20Bianco_0.pdf>. Acesso em 26 jun. 2020.

PONCIONI, Paula Ferreira. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, n. 1, p. 22-31, mar. 2007.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. *Resolução nº 048*, de 25 de julho de 2004. Cria o Grupamento de Intervenção Tática (GIT).

_____. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. *Resolução n. 067*, de 20 de julho de 2004. Cria o Curso de Operações Especiais Penitenciária (COESPEN).

_____. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. *Resolução n. 504*, de 26 de outubro de 2013. Normas Reguladoras do COESPEN para o Grupamento de Serviços Especiais (GSE) e cópia da grade curricular.

_____. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. *Resolução n. 575*, de 31 de agosto de 2015. Regimento Interno da Escola de Gestão Penitenciária do RJ.

SANT'ANA JUNIOR, Tigernaque Pergentino de. *A Construção da identidade do Guerreiro de Selva*. 2017. 12 f. Artigo Científico – Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2017.